

Enfermagem convoca reunião

A Fundação Hospitalar do Distrito Federal tem se mostrado intransigente nas negociações que vem sendo desenvolvidas com o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde de Brasília, segundo informou ontem o presidente desta entidade classista, Daniel Henrique Frazão. No próximo dia 16, o Sindicato estará convocando todos os trabalhadores da categoria para discutir o problema, sendo que a proposta da diretoria, na impossibilidade de fazer o acordo, é estabelecer dissídio coletivo.

De todas as instituições que mantêm estabelecimentos de saúde em Brasília, apenas a Fundação não quis assinar o acordo que institui o piso de Cr\$ 12.720,00 para a categoria, além de garantir como pontos básicos um aumento de 6% a título de produtividade para os profissionais com salário até 60 mil cruzeiros, e de 4% além deste valor.

A estabilidade de um ano (é prevista a demissão por justa causa, por motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro desde que comprovado na justiça), e a estabilidade de 60 dias após o vencimento da licença maternidade para as mulheres também são cláusulas dos acordos assinados com as instituições particulares.

A Fundação Hospitalar, segundo Daniel Frazão, tem sido procurada por diversas vezes pelo Sindicato, sem que se consiga um contato definitivo com o secretário de Saúde e presidente da FHDF, Jofran Frejat. Por este motivo, não podendo esperar, na medida em que a data-base da categoria é em setembro, é que o Sindicato, segundo Frazão, tomou a iniciativa de convocar a assembléia, que será realizada às 19 horas do dia 16 na sede

da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio.

Além de não se dispor a assinar o acordo, a Fundação — que emprega cerca de 5.000 dos 8.000 trabalhadores da categoria em Brasília tem tomado outras medidas, que vêm prejudicando, segundo Daniel Frazão, os seus representados: tem demitido sistematicamente muitos funcionários, bastando para isso que tenham faltado 27 dias de dois anos para cá. E entre estes demitidos, encontram-se muitas gestantes, muitas vezes desligadas sem a devida observância de seus direitos.

Outra medida ilegal da Fundação, segundo Frazão, é a obrigatoriedade dos funcionários trabalharem as 42 horas contratuais, sendo que eles sempre trabalharam regularmente 36 horas, desde que contratados há mais de dois anos.

Ressaltando as iniciativas do Sindicato, que tem apenas dois anos de existência, com cerca de 2.000 associados, o presidente faz questão de dizer que para solucionar o impasse gerado pela intransigência da Fundação, é necessária a participação de todos os empregados na medida em que a diretoria, isoladamente, não terá força para fazer valer os interesses da categoria.

No caso de ser instaurado o dissídio coletivo, segundo explicou Daniel Frazão, irão por água abaixo, pelo menos até o pronunciamento da Justiça, todos os acordos feitos até agora com os hospitais e casas de saúde particulares.

Deverão representar a Fundação e os proprietários destes estabelecimentos, no caso de convenção coletiva ou dissídio, a Federação do Comércio, na medida em que não há sindicato patronal específico da área, como é o caso da organização dos trabalhadores.



O Sindicato defende uma maior participação do médico nas decisões